

PACTO PELA SAÚDE

R\$ 500 milhões para descentralizar atendimento

Investimentos em unidades hospitalares e em 21 policlínicas devem garantir mais 35 mil internações, 90 mil cirurgias e 120 mil consultas por ano

Ao lançar o Pacto pela Saúde, na terça-feira, 18, o governador Raimundo Colombo reforçou a preocupação do Governo Estadual em colocar a Saúde mais perto das pessoas. Disse que o programa vai injetar R\$ 500 milhões, captados junto ao BNDES, para fortalecer as unidades regionais “para que os hospitais, policlínicas e pronto atendimentos tenham todas as condições técnicas, pessoal capacitado e equipamentos para fazer diagnósticos e os tratamentos de saúde, sem que ninguém precise se deslocar mais de 100 quilômetros para ser atendido”.

Com o programa, serão criados 1.162 leitos hospitalares, sendo 177 deles em Unidade de Tratamento Intensivo – UTIs, além de 57 salas de cirurgias. O investimento vai elevar substancialmente o número de internações, cirurgias e consultas realizadas anualmente no Estado.



Colombo: programa vai criar 1.162 leitos hospitalares, dos quais 177 em UTI

Ampliação e reformas

Estão previstas construção de novas áreas, ampliação e reforma de unidades hospitalares nas seguintes cidades:

Chapecó: Hospital Regional do Oeste (R\$ 20,5 milhões)

Florianópolis: Hospital Florianópolis, Hospital Governador Celso Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Nereu Ramos e Centro de Pesquisas Oncológicas - Cepon (R\$ 75,5 milhões no total)

Ibirama: Hospital Waldomiro Colautti (R\$ 4,2 milhões)

Itajaí: Hospital Marieta Konder Bornhausen (R\$ 41,6 milhões)

Joinville: Hosp. Regional Hans Dieter Schmidt (R\$ 21,1 milhões)

Lages: Hospital Tereza Ramos (R\$ 45,4 milhões)

São José: Novo Instituto de Cardiologia de SC, Hospital Regional de São José (R\$ 59,9 milhões)

Xanxerê: Hospital São Paulo (R\$ 10 milhões).

Infraestrutura

Para aquisição de equipamentos para diversas unidades hospitalares, o Governo Estadual destinou **R\$ 97,4 milhões**. Serão investidos, também, mais R\$ 27,1 milhões para melhorar a infraestrutura dos hospitais. Serão contemplados com esses recursos:

Araranguá: Hospital Regional de Araranguá; **Chapecó:** Hospital Regional do Oeste; **Florianópolis:**

Maternidade Carmela Dutra, Hospital Florianópolis, Celso Ramos, Nereu Ramos, Joana de Gusmão e Cepon; **Ibirama:** Hospital Waldomiro Colautti; **Itajaí:** Hospital Marieta Konder Bornhausen; **Joinville:** Maternidade Darcy Vargas e Hosp. Regional Dieter Schmidt; **Lages:** Hosp. Tereza Ramos; **Mafrá:** Maternidade Catarina Kuss; **São José:** Instituto de Psiquiatria, Novo Instituto de Cardiologia e Hospital Regional; **São Pedro de Alcântara:** Hospital Santa Tereza.

Policlínicas

O Pacto Saúde reservou, também, R\$ 103,4 milhões para a construção de 10 policlínicas com área de 2.500 m² cada e melhoria em 11 policlínicas existentes.

Novas policlínicas: São Miguel do Oeste, Caçador, Mafrá, Joinville, Balneário Camboriú, Blumenau, Grande Florianópolis, Tubarão, Criciúma e Araranguá.

Melhorias nas policlínicas existentes em Chapecó, Herval do Oeste, Lages, Itajaí e em sete outros municípios a definir.

Prazo

A expectativa do coordenador do Pacto, Murilo Flores, é de que as obras estejam concluídas em um período de 1,5 ano até 3 anos.

CÓDIGO FLORESTAL



Agora, é com o Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, 18, a versão da medida provisória do Código Florestal conforme texto original saído da comissão especial da Casa. Os destaques que poderiam introduzir alterações foram rejeitados. O texto aprovado beneficia os médios produtores, pois prevê que, nas propriedades de quatro a 15 módulos fiscais com cursos de água de até 10 metros de largura, a recomposição de mata ciliar será de 15 metros. A redação original do governo era mais rígida e determinava recomposição de 20 metros em propriedades de quatro a 10 módulos. A proposta agora segue para apreciação do Senado.

SINDIFISCO

R\$ 69 milhões recuperados

Terminado em agosto, primeiro mês de vigência do Revigorar IV (programa de incentivo ao pagamento de impostos atrasados), o Governo de Santa Catarina recuperou R\$ 69 milhões de contribuinte devedores ou inadimplentes com o fisco estadual. O setor que respondeu mais positivamente foi o dos supermercados e atacadistas de alimentos, com a recuperação de R\$ 14,2 milhões. Segundo o Sindifisco, no total, 6.523 contribuintes, entre pessoas físicas e jurídicas, regularizaram os débitos, quitando 23.698 dívidas. No mês, a arrecadação do Estado atingiu R\$ 1,182 bilhão.

CESTA BÁSICA

Dilma veta imposto menor

A presidente Dilma decidiu vetar a desoneração da cesta básica incluída no texto da Medida Provisória 563 durante a tramitação no Congresso, alegando questões técnicas. O Ministério da Fazenda informou que existe um compromisso do governo de encaminhar uma nova proposta ao Congresso Nacional até 31 de dezembro, retirando dos produtos que compõem a cesta tanto os tributos federais (IPI, PIS e Cofins) como os estaduais (ICMS). Os estados participarão das discussões do grupo criado para listar as desonerações.

SETOR ELÉTRICO

Celesc sai na frente e pede renovação de concessão por mais 30 anos

Empresa é a primeira distribuidora de energia a aderir ao novo modelo do setor elétrico que impõe redução de tarifa e qualidade do serviço

O que muitas empresas do setor elétrico que atuam no Brasil ainda vão levar um bom tempo, a Celesc Distribuidora precisou de apenas uma semana. Na quarta-feira, dia 19, a companhia entrou com pedido de renovação da concessão de distribuição de energia em Santa Catarina pelos próximos 30 anos, seguindo as normas definidas pelo novo marco regulatório do setor elétrico, anunciado pela presidente Dilma no último dia 11.

“Entendemos que tínhamos condições plenas de fazer a adesão. Estamos prontos e preparados para isso”, asseverou o presidente da Celesc, Antonio Gavazzoni, em entrevista exclusiva aos jornais da Adjori/SC.

Segundo ele, o Governo Federal agiu com ousadia ao enfrentar uma situação que sempre foi um obstáculo ao crescimento do país, que é arcar com a terceira maior

tarifa de energia do mundo. “Com certeza vamos cair nesse ranking negativo de custos”, prevê.

Como era – Gavazzoni explicou que, no passado, quando vencida uma concessão, o governo federal fazia um leilão, ou prorrogava por novo período, com pagamento de algum taxa.

Como vai ser – O governo concedeu mais 30 anos para todas as empresas que estão atuando no setor elétrico sem cobrar por isso, mas elas têm que se adaptar às novas regras. Além disso, retirou os encargos setoriais e vai aportar R\$ 3,3 bilhões por ano para compensar, em parte, a eliminação desses encargos. “Só aí temos 7% de redução no custo da tarifa. Os demais 13,2% de redução – para se chegar a um percentual médio de 20,2% de queda no preço da conta de luz (sendo 16,2% para consumidores domésticos e entre 19 e 28% para indústrias) – vão depender de outros redutores”, explicou Gavazzoni.

As novas regras – A primeira delas, segundo o presidente da Celesc, é a qualidade do serviço prestado. A segunda, a modicidade



Gavazzoni: prontos para os desafios

de tarifária (preço justo e acessível aos consumidores), e a terceira, o equilíbrio econômico do negócio.

“As empresas do setor elétrico, mais do que nunca, vão ter que ter um controle absoluto sobre seus custos e um planejamento de longo prazo, com planos sólidos de investimentos e organização da estrutura administrativa e operacional”, prevê Gavazzoni.

A Celesc – Mesmo com o prazo de concessão vencendo somente em 2015, a Celesc já vinha se preparando para pedir a renovação do contrato na área de

distribuição, que representa 92% do peso econômico-financeiro da empresa. Tanto é que, em outubro passado, lançou um plano de investimento até 2015, da ordem de R\$1,7 bilhão, projetando todas as obras necessárias para atingir indicadores de eficiência e qualidade que hoje constam do novo marco regulatório do setor, controlado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Estamos com 23% do volume de obras já executadas, conforme o cronograma, e fomos elogiados pela Aneel”, gabou-se o presidente da Celesc.

Redução na tarifa – Segundo Gavazzoni, a empresa vai passar por um processo, dentro da Aneel, até dezembro, que vai fixar os redutores da energia que a Celesc compra e os redutores do preço do transporte de energia que a Celesc paga, para ver o quanto é isso e se está dentro da meta estabelecida pelo Governo Federal. “Com essas definições, se chegará a um percentual de redução que vai incidir sobre as contas de luz dos catarinenses a partir de janeiro ou fevereiro”, estima.